

## FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRÁTICA PROFISSIONAL \*

Eduardo R. Corrêa de Barros\* \*

BARROS, Eduardo R. Corrêa de. Formação acadêmica e prática profissional. *Revista da Faculdade de Odontologia, Porto Alegre, 25:55-9, 1983.*

Descritores: Educação odontológica — Prática geral odontológica.

Os primeiros passos da Odontologia no Brasil não foram fundamentalmente diferentes dos de outros países. Num primeiro momento ocorreram na forma de prática indiferenciada, exercida por pessoas que, independentemente, se interessavam em executar alguma atividade como é o conhecido fato de os barbeiros procederem extrações dentárias.

Com a criação da primeira Faculdade de Odontologia, no ano de 1841, em Baltimore, Estados Unidos, também aqui no Brasil começou a desenvolver-se um interesse marcado por um tipo de exercício profissional que fugisse ao empirismo de então. Como reflexo, no ano de 1882 foi criado o primeiro curso de Odontologia no país, em São Salvador, na Bahia.

A estruturação, desenvolvimento e resultados obtidos com o ensino odontológico, desde então, não fugiram aos parâmetros gerais a que também estão submetidas as demais profissões e mesmo os diferentes níveis do ensino, desde

o primeiro ao terceiro ciclo, isto é, condicionantes, deficientes e inadequados à realidade nacional.<sup>2</sup>

Os cursos de nível universitário foram estruturados com base nas CÂTEDRAS que, dispostas segundo uma seqüência lógica e de dificuldade crescente, conformavam os currículos profissionais. Estes, nada mais eram, pois, do que uma simples seqüenciação de conteúdos, interligados na teoria, mas isolados na prática. Como era de se esperar, cabia ao aluno proceder a integração daquilo que era abordado parte por parte.

Os professores catedráticos, os chefes de então, eram nomeados vitaliciamente e possuíam "*liberdade de cátedra*". Isso determinou, na maioria dos casos, que:

1º — os programas de ensino fossem o reflexo do pensamento, da ideologia de um só;

2º — esses programas fossem quase que imutáveis, permanecendo por muito tempo sem atualização;

\*Palestra apresentada por ocasião da abertura da Semana Acadêmica, "Professor Lery G. Rozisky", em Pelotas (set/81).

\*\*Professor do Depto. de Odontologia Preventiva e Social da Faculdade de Odontologia da UFRGS.

3º — se constituíssem naquilo que “o chefe” queria, ou, a semelhança do que ele executava em sua atividade privada;

4º — fossem, geralmente, considerados como os conteúdos mais importantes do curso;

5º — não se admitisse importância às outras matérias e, em consequência, se gerasse uma competição interdisciplinar que impossibilitava a integração.

Os conteúdos desenvolvidos, por sua vez, se constituíam na réplica de cursos feitos no exterior, geralmente na América do Norte, bem como em publicações de mesma fonte. A tecnologia disponível, equipamentos, instrumentais, materiais e técnicas, tinham as mesmas origens, em função da dominação comercial de então.

Como conclusão, até a década de 60, estávamos sendo formados segundo o modelo norte-americano, para exercer uma prática junto a uma comunidade completamente diferente. Éramos formados segundo o modelo do “*profissional liberal*”, para trabalhar em clínica privada, cobrar “bem” pelos serviços prestados, desenvolver as técnicas mais sofisticadas, dentro de consultórios que quanto mais sofisticados, mais “status” davam — para uma população que ainda podia pagar pelo nosso trabalho elitizado.

Éramos uma expressão numérica ainda reduzida frente a uma classe média forte, relativamente abastada, razão por que se falava em “bom mercado de trabalho” — embora não se falasse quase sobre o grande número de desassistidos.

Durante as duas últimas décadas, contudo, passamos, no país, por alterações consideráveis e contrastantes nos mais diferentes campos.

Ao lado de progressos consideráveis, verificou-se a estagnação ou a involução de diferentes áreas. Assim, nosso desenvolvimento acima da média no que se refere à tecnologia, à produção e utilização de bens de consumo, contrasta com a perda crescente de poder aquisitivo para uma população em ritmo vertiginoso de multiplicação e para a qual se avolumam os problemas de saúde. Temos hoje, cerca de:\*

- 20 milhões de carentes totais;
- 5 milhões de trabalhadores sem remuneração;
- 2 milhões de menores abandonados;
- 5 milhões de famílias abaixo da linha de pobreza (ganhando até 1 salário mínimo);
- 55 milhões de pessoas sem água encanada;
- 40 milhões sem luz elétrica e
- 22 milhões de analfabetos.

que apresentam uma realidade odontológica com:

- 1,3 bilhão de dentes afetados pela cárie<sup>3</sup> (1975), hoje provavelmente próximo de 2 bilhões;
- quase toda portadora de problemas periodontais, necessitando de raspagens, extrações, restaurações e próteses e quase sem atenção.

Afora essa comunidade desafortunada, o restante encontra-se em um nível intermediário, constituído de dife-

\*Segundo RUBEN VAZ DA COSTA, ex-Presidente do BNH, ao Jornal “Folha da Tarde”, em 4.7.80. P. Alegre, p.4.

rentes gradações que cada vez mais se aglomeram em direção aos níveis inferiores. Admite-se hoje que já menos de 2% de toda a população brasileira, tenha condições de demandar à clínica particular.

Se, socialmente se involuiu assim, em termos da formação do profissional Dentista, na melhor das hipóteses se estagnou.

A Reforma do Ensino Universitário introduzida em 1968 pela Lei 5.540 visava "alcançar uma reestruturação geral que propiciasse a racionalização das estruturas e a democratização do ensino"<sup>4</sup>. Nenhuma delas ainda alcançada.

Na tentativa de contornar os problemas então existentes e já mencionados, buscou-se implementar um modelo completamente novo. Infelizmente, também desta vez houve nova cópia. Voltou-se a copiar o novo modelo de ensino norte-americano:<sup>1,4,5,6</sup>

1º) estruturou-se o ensino superior em dois ciclos — básico e profissional — hoje entendidos como sem significado para a formação acadêmica — o tempo consumido no ciclo básico, dado o seu isolamento do profissional, não se justifica para a maioria das situações. Muitos dos conteúdos estudados jamais são retomados mais tarde, ou, sequer servem de base para futura aplicação. E . . . quando são importantes, ainda é o aluno que deve procurar integrá-los. E isto, continua a se fazer sentir também no ciclo profissional em si — o isolamento e independência das disciplinas são um fato incontestável.

2º) Introduziu-se o "tempo integral" a fim de que os docentes tivessem maior disponibilidade tanto para sua atualização como para a assessoria ao aprendizado do aluno. Na prática se ob-

serva apenas a demanda por um regime de trabalho que remunera melhor. Nem mais aulas, nem mais atualização, nem melhor assessoria, nem mais produção intelectual se observa. Se o desinteresse é uma tônica, não deixa de ser verdade sua realimentação por um sistema de retribuição financeira que não permite um digno exercício docente.

3º) Agregou-se dois níveis de pós-graduação, o MESTRADO e o DOUTORADO, que:

— visavam a capacitação docente mas cujos cursos são em número insuficiente para tal;

— visavam à progressão funcional que ficou frustrada com as últimas alterações, introduzidas ao início de 1981, na carreira do magistério;

— visavam reforçar o ensino em graduação e o estão esvaziando pelo atrativo que constitui para os docentes e o interesse precoce que desperta no aluno pela *especialização*. Professores e alunos, somos favoráveis à formação do clínico, do generalista — mas, induzimos e nos deixamos induzir pelos encantos da especialização.

4º) Adotou-se o sistema de créditos e a avaliação por conceito que só significaram uma nova rotulação.

5º) A liberalização do vestibular pelo sistema classificatório, independente do nível de conhecimento — e o aumento de vagas — acabaram por determinar uma inflação nas Universidades, com perda de qualidade em favor da quantidade — tanto a nível de alunos como de docentes.

6º) Introduziu-se a departamentalização em substituição as cátedras. Agora o poder não está com um só. Em compensação não se sabe com quem está! . . .

— o sistema de rodízio adotado para as chefias de Departamentos, assim como para as Regências de Disciplinas, fez surgir o espírito do "NÃO TE INCOMODO PARA NÃO ME INCOMODARES DEPOIS". Não parecemos estar preparados tanto para a atividade grupal como para a *democrática com responsabilidade*.

— Os programas de ensino não são mais o reflexo de um só — mas também ainda não são do grupo — continuam com baixo índice de atualização — e refletem fundamentalmente o exercício profissional dos docentes. Talvez por este motivo não consigamos "formar escola" — o aluno não recebe um treinamento progressivo dentro de uma mesma orientação. A cada disciplina, surge uma nova técnica para a mesma atividade, sem, ao final, haver a sedimentação de uma sequer.

— Os conteúdos e a tecnologia continuam derivados do sistema norte-americano; é a dominação que continua e que vai, depois, se refletir numa prática inadequada.

Continuamos, pois, com uma formação profissional tão deficitária quanto antes, preparando um profissional liberal que estuda técnicas e usa recursos caros e sofisticados, para um exercício profissional que nada tem a ver com isso. Estamos inadequados às características sociais da população e, embora esta apresente cada vez mais problemas de saúde, nosso mercado de trabalho diminui progressivamente. Enquanto a clínica privada se esvazia, cada vez mais somos obrigados a procurar emprego — estima-se que hoje, no Rio Grande do Sul, 80% dos CD's tem algum vínculo empregatício (há 4.500 empregos)\*, com

características de trabalho que não estamos preparados para executar, e talvez nem deveremos estar, e, as quais sequer discutimos.

A classe odontológica, contudo, continua muda, dando a impressão de que tudo vai bem. Como nada se discute e não existem manifestações, parece não haver interesse por problemas reais como o subemprego, o desvio de função, a remuneração inadequada, a exploração de algumas policlínicas, o mau atendimento, as más condições de trabalho, o preço elevado dos materiais odontológicos, a população. . . cada vez menos assistida.

Ou é verdade que paramos no tempo, ou também involuímos!

E. . . essa acomodação, esse desinteresse, não serão também fruto do estilo dado à nossa formação? E. . . continuaremos admitindo formar e sermos formados assim?

Não é necessário desmanchar o que existe — é necessário corrigir o que não está bem — é necessário o trabalho integrado!

A tentativa inicial de identificar problemas para, em seguida, selecionar as melhores possibilidades de solução, é comumente dolorosa.

Mesmo estas considerações certamente obterão resultados contraditórios. Existirão pessoas que se sentirão agredidas ou feridas, sem que fosse esta a intenção. E. . . cada ferido será um oponente — e cada oponente, um entrave à mudança e à melhoria.

Os erros apontados não são particularmente de um de nós, mas de um sistema nacional de educação que por sua vez é também reflexo de mil outras junções. Precisamos aceitar que só se

\*Fonte: CRO/RS.

desmistifica alguma coisa, primeiro e sobretudo, falando nela — que a situação transcende a odontologia e que precisamos ver com naturalidade as defasagens que recaíram sobre nós e que a nós compete determinar a necessária correção!

Não devemos é continuar mudos e parados!

Nosso mutismo poderá significar uma convivência que não temos, nem queremos.

A discussão aberta, sem preconceitos, honesta, partindo do reconhecimento desses problemas, pode significar o ponto de partida para as reais mudanças de nosso sistema de ensino e prática profissional.

O trabalho conjunto, integrado; de professores, alunos e sobretudo ex-alunos, pode vir a se constituir em um marco de novos rumos.

Isto é o que todos queremos!

Mas para tanto, independente de Leis, Decretos, Regulamentos e Modelos de Ensino, há a necessidade do nosso esforço, da nossa crítica com participação. Na verdade. . . tudo depende de cada um e de todos nós!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DELLA SENTA, I.M.C. — *Pós-graduação no Brasil*. Brasília, CAPES, CFE, 1978, 246p.
2. FREITAG, B. — *Escola, estado e sociedade*. 4.ed. s.1., Ed. Moraes, 1980. 142p.
3. FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA. — *Fluoretação das águas de abastecimento público*. Brasília, 1975.
4. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Planejamento — *A reforma universitária — pressupostos gerais e implantação na UFRGS*. Porto Alegre, 1979. 138p.
5. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. *Plano nacional de pós-graduação*. Brasília, 1975. 52p.
6. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. *II plano nacional de pós-graduação — documento base para discussão*. /Brasília/ CAPES, 1980. 15p.